



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/educacao-pelas-plantas/>

Uma educação pelas plantas: aprender por vias não cognitivas

Diego Winck Esteves[1]

RESUMO: Este ensaio problematiza a relação entre plantas e humanos, questionando se, pelo advento da agricultura, não teria ocorrido, em reciprocidade, uma antropocultura – espécie de cultivo do humano pelas plantas. Desde esta questão, que pode soar absurda à primeira vista, parte-se para um estudo acerca da relação entre o mundo animal e o vegetal em termos de uma ontografia, escrita que se esforça para perspectivar o que nos envolve, desviando da predominância da razão. Com efeito, pergunta-se o que temos aprendido com as plantas, ainda que de modo inconsciente, e o que podemos aprender, de modo ativo, se nos colocarmos numa postura atenta, contemplativa ao que elas – com seu tempo, seus ritmos, com processos tão distintos dos animais humanos – podem nos ensinar. Disso decorre que esta relação, assim exposta, detém potencial para revermos nossa ocupação na Terra, em pleno Antropoceno, para atualizar uma política de descentralização, de convivência em cooperação, valendo-se de uma espécie de inteligência coletiva característica do mundo vegetal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ontografia. Política.

Plant-based education: learning by non-cognitive means

ABSTRACT: This essay investigates the relationship between plants and humans, questioning whether the invention of agriculture would have produced an anthropoculture — a kind of cultivation of humans by plants. From this question, which may sound absurd at first, this ontography sets out to study the relations between the animal and plant worlds, a writing that strives to put into perspective that which surrounds us, deviating from reason. It inquires what we have learned from plants, even if unconsciously, and what we can actively learn if we adopt an attentive, contemplative regard to what plants — with their time, their rhythms, their processes so different from those of human animals — can teach us. It follows that such a relationship could help us rethink our occupation on Earth, amidst the Anthropocene, to update a policy of decentralization and cooperative coexistence, employing a kind of collective intelligence characteristic of plants.

Keywords: Education. Ontography. Policy.



Manjeriço

Ao iniciar este ensaio, relato um acontecimento recente. Tudo ocorreu quando minha afilhada, de dois anos e meio, passou a noite em nossa casa. O fato relevante, para os pensamentos que este texto põe em curso, se deu por volta da meia noite. Em virtude de um resfriado, com coriza e muita tosse, a menina adormecia e acordava, em estado de visível desconforto. Com o intuito de alterar aquela condição, mas sem qualquer medicamento, na humilde farmácia que se mantém neste lar, para uma criança tão pequena, a apreensão tomava conta do meu corpo, e eu sequer havia cochilado até então. Naquele momento me ocorreu o seguinte: que o manjeriço, uma das espécies do meu jardim de apartamento, poderia produzir um efeito benéfico, isto é, que seria um tratamento para a ocasião. De imediato, após macerar algumas folhas com a mão e segurá-las próximo ao seu nariz, enquanto ela dormia com visível dificuldade na respiração, as tosses cessaram e as vias respiratórias desobstruíram. Eis que me senti uma espécie de improvável xamã urbano, conectado com um conhecimento que desconhecia. A verdade é que, racionalmente, eu não contava com nenhuma informação a respeito da relação entre manjeriço e problemas do trato respiratório. Com efeito, me perguntei se era possível que eu tivesse aprendido algo no meu envolvimento com o mundo vegetal, no processo de conviver com plantas, que ganhou corpo durante a pandemia – já são mais de 50 espécies num apartamento de pouco mais de 50m². No dia seguinte, curioso sobre meu gesto terapêutico inesperado – ou, para ser justo, ao gesto terapêutico do manjeriço –, ao pesquisar na internet descobri que esta espécie é incluída, pela medicina tradicional chinesa, dentre outras, no tratamento de problemas respiratórios.

Antropocultura

Neste segundo momento, coloco em cena uma pergunta que pode soar, ao primeiro contato, um tanto absurda, mas que pode levar, se obtivermos qualquer êxito, por menor que seja, a repensarmos-nos enquanto humanos. Algo que diz respeito a pôr em revista nosso estar no



mundo, nossa agência enquanto seres vivos, neste período da Terra que geólogos tem chamado de Antropoceno, conforme introduzem Viveiros de Castro (2012) e Latour (2020) – termo que diz respeito ao período mais recente do Planeta, desde a primeira Revolução Industrial, no qual nossas ações têm produzido efeitos capazes de mudar o rumo da Terra. Infelizmente, não tem sido para melhor. A pergunta, que repito, pode soar absurda, então é: podem as plantas, ao modo do que os humanos fizeram com elas, em termos de agricultura, terem produzido uma antropocultura? Explico: com antropocultura me refiro a uma contraparte da agricultura, isto é, uma reciprocidade entre plantas e humanos, na qual fomos cultivados como tais, sobretudo desde o momento em que, algo em torno de 12 mil anos atrás, no Crescente Fértil, nossa espécie tornou-se sedentária, passando a cultivar o a terra.

Entretanto, é preciso considerar que uma inversão nos mesmos termos não seria possível, pelo simples fato de que os humanos precisam das plantas para sobreviverem, mas a recíproca não é verdadeira. Muito pelo contrário: quando estas não atrapalham elas dominam os espaços, se multiplicam, renascem nos lugares mais inesperados. E mesmo sobre a ocupação da espécie humana, elas não deixam de emergir das brechas do asfalto, nas paredes, nas calhas, terraços e mesmo nos fios que pendem entre os postes da urbe iluminada. Elas se viram muito bem sem nós, aqui está uma verdade incontestável. Desta feita, não haveria um motivo vital para que elas tomassem partido, envolvidas em meios para cuidar dos nosso desenvolvimento. Aqui vale lembrar da relação de sentidos da palavra cultura com cultivo, logo, com cuidado, no que decorre que a antropocultura seria uma espécie de cultivo dos seres humanos no tempo, estando as plantas no lugar de antropocultoras. O absurdo aventado acerca da questão, assim exposta, reside no fato de as plantas não serem portadoras de cognição, de modo que não poderiam, de bom grado, aliar-se a nós numa cooperação deliberadamente assumida – ao menos não nos mesmos termos, racionais, eis a questão. O fato de não terem cognição, ao modo humano, não significa que sejam passivas; muito pelo contrário, como veremos por meio dos estudos de Stefano Mancuso (2019) e Emanuele Coccia (2018).

Portanto, pode parecer que a possibilidade de as plantas terem assumido o cultivo do humano de modo deliberado, planejado, não seria algo mais que uma ficção, talvez, científica. Mas não nos apressemos neste ponto, pois intuo que cabe um pensamento mais pormenorizado sobre



o exposto. Por suposto, não sendo as plantas capazes de discernimento racional, parece incontestável que elas não poderiam ter assumido comportamentos característicos dos humanos: nós – cabe localizar: ocidentais, sul-americanos, residentes citadinos –, que temos na razão nossa fundação, algo que nos ampara na interpretação das relações, e nosso fundamento, ao considerarmos, metafisicamente, o mundo como tal. É pela razão que afirmamos nossa existência, é por ela que projetamos nosso futuro, e é modelado por ela que agimos no presente. Nós, demasiado humanos. E ainda que este comportamento não seja generalizado, ele é dominante. Ademais, quando não é a razão que sustenta as relações, muitas vezes, em contraponto, é pela intromissão dela que os conflitos surgem – eis a costumaz querela entre os domínios da razão e da emoção.

Logo, se a questão for a do cultivo, compreendido como cuidado a outrem, podemos aventar que outro recurso relacional, que não a razão, possa ser mais eficiente – ou, ao menos, tanto quanto ela. Ocorre então que, se fomos cultivados pela agência vegetal, nós não estivemos conscientes disto, desde a premissa de que as plantas não se comunicam de um modo racional. Seguindo este argumento, aventamos uma segunda pergunta, no sentido de apreender como pode ter ocorrido esta recíproca planta-humano, agricultura-antropocultura, perspectivando desde o lugar do receptor, de cultivados que, para fins deste estudo, fomos: o que as plantas têm nos ensinado neste tempo?

Recordo-me da cópia de um livro que recebi, décadas atrás, de uma terapeuta acupunturista. Era uma apostila, daquelas encadernações que fazíamos quando os arquivos em PDF não eram populares, tampouco os dispositivos digitais que permitem sua leitura. Tratava-se de uma curiosa publicação ilustrada, na qual o Imperador Amarelo, um importante patriarca da tradição chinesa, que teria vivido por volta de 2600 a.C., ensinava como manter uma boa saúde. Dizia ele que é primordial orientarmo-nos pelo tempo, pelos ritmos, pela sazonalidade, pelos ciclos e estações: dormir quando o sol se põe, se resguardar no inverno, colocar projetos em prática na primavera etc. As doenças, portanto, surgem como consequência da desatenção aos fatores ambientais citados. Penso que respeitar os ritmos pode ter sido um dos primeiros aprendizados da nossa relação com a terra: cultivá-la significou compreender as permutas com a luz, água, ar. Nos convocou também a contemplar os tempos de cada processo, no sentido de registrar e reproduzir as condições para que a vida cresça. Não à toa



me recorde de tradições associadas aos elementos primordiais. E embora não tenha encontrado a referida apostila em meus arquivos, a tenho na memória.

Recentemente li um livro sobre o Bön, religião nativa do Tibete que influenciou as linhagens tibetanas do budismo. Ela estabelece uma relação direta do corpo humano com os cinco elementos: água, fogo, terra, ar e espaço – conforme exposto pelo autor, Tenzin Wangyal Rinpoche (2017). Nesta linha de pesquisa, isto é, na busca de perspectivas existenciais não logocêntricas, encontrei na dissertação do pesquisador Kaingang Onorio Moura (2021), a história dos irmãos Kanhrú e Kamé, associados ao sol e à lua, que conformam o atributo de tudo o que existe e descendem destas forças complementares – o que me remete ao princípio, oriundo do taoísmo, do yin-yang.

Em termos metafísicos, retornando às tradições ocidentais e suas racionalidades, podemos afirmar que a vida vegetal é, sim, dotada de uma razão, mas que esta seria de outra ordem, tal é a assertiva de Coccia (2018); ele nos afirma que “há um cérebro material e não nervoso, um espírito imanente à matéria orgânica enquanto tal” (2018, p.103); com efeito, o autor sugere abordar a razão em termos de semente, permitindo “liberá-la da silhueta humana e transformá-la em faculdade *cósmica* e *natural* (que existe no mundo físico e não no corpo do homem, e que coincide com o curso natural das coisas) de modelagem da matéria” (p.105; grifo no original); e da semente à flor, Coccia assim conclui (2018, p.107):

A razão não é nem nunca poderá ser um órgão de formas bem definidas, estáveis. É uma corporação de órgãos, uma estrutura de apêndice, que recoloca em discussão o organismo inteiro e sua lógica. Ela é, principalmente, uma estrutura efêmera, sazonal, cuja existência depende do clima, da atmosfera, do mundo em que se está. É risco, invenção, experimentação.

Logo, se estamos falando de outras forças que não as da razão – penso no sensível, como tratado por Deleuze (1988) –, ou, justamente, pela razão, mas sem feições humanas, se faz necessário outro meio para notar e descrever o que passa entre os humanos e os vegetais; isto nos leva à ontografia – e desta para um aprendizado por meios não logocentros, pois não individualizados, mas dotados de uma inteligência coletiva.



Ontografia

Mas não é necessário ir tão longe: nem na geografia, nem na historiografia. Aliás, não é minha pretensão que se pense por meio do exótico, ao invés disso, postulo operar por meio do endótico que, apesar da proximidade, nos é estranho. Escrevo, com efeito, tendo como método uma espécie de ontografia, escrita que se esforça para perspectivar os encontros entre seres humanos e não humanos. É deste entremeio que se trata. Aquilo ao qual Simondon, para tratar do problema da individuação, e propondo "cumprir a gênese do pensamento ao mesmo tempo que se cumpre a gênese do objeto" (2020, p.31), chamou de transdução – noção oriunda do domínio tecnológico, mas derivada para outros fins. A transdução, lidando com tensões entre díspares – a exemplo das relações interespécies –, diferente da dedução, que vai buscar alhures um princípio resolutivo, se reporta ao próprio domínio em questão, para dele evocar seus potenciais transformadores. "A transdução", segue Simondon, "não é apenas andamento do espírito; é também intuição, visto que ela é aquilo pelo qual uma estrutura, num domínio de problemática, aparece como o que aporta a resolução dos problemas postos" (2020, p.31).

Assim exposto, contemplamos uma escrita problemática que se põe entre, e aí, tomando os potenciais no qual se envolve, transforma-se (numa reciprocidade escrita-escritor/a). Trata-se de assumir uma perspectiva singular, isto é, como a vista de um ponto, envolvido pelo entorno, e não o ponto de vista, como quem observa com um suposto distanciamento necessário. É o caso de colocar-se, de assumir-se em relação, para daí, afetado pela atmosfera, extrair percepções, imaginações: é o caso de derivar do sentido ao significado, da sensação à narração; do presente, em imersão, ao texto que extrapola o encontro, que se faz testemunha do por vir.

Eis que nunca nos individualizamos apartados do nosso entorno, somos o meio que se manifesta, também, em nós. Me interessa, neste ensaio, capturar qualquer indício que reforce o pressuposto, que ora expresse, de que há um envolvimento aprendente entre humanos e plantas, estando os primeiros nos lugares de aprendizes. Se formos alunos e alunas adequados e adequadas às professoras que nos surgem, neste caso as plantas com seus silêncios significantes – mas não racionais –, temos muito o que apreender de maneira ativa,



conscientes, desde o pressuposto de que somos afetados e individuados por e com elas, independente da nossa ciência do fato. Para dar corpo a este pensar, evoco Eduardo Viveiros de Castro que, ao propor elementos para uma antropologia pós-estrutural, pode contribuir para este estudo, no que diz respeito à imanência planta-humano:

A antropologia como “ontografia comparativa” (Holbraad 2003) – tal é o verdadeiro ponto de vista da imanência. Aceitar a oportunidade e a relevância desta tarefa de “penser autrement” (Foucault) o pensamento – de pensar “outramente”, pensar outra mente, pensar com outras mentes – é comprometer-se com o projeto de uma teoria antropológica da imaginação conceitual, sensível à criatividade e reflexividade inerentes à vida de todo coletivo, humano e não-humano (2018, p.25).

No limite, trata-se de um gesto especulativo de pensar com a mente das plantas, este cérebro não nervoso. Ora, no sentido de balizar, com meios parcos, esta ontografia, é preciso dizer que ela toma os signos não enquanto informações, no sentido de sinais que podem – ou precisam – ser interpretados, mas como potenciais informacionais: isto é, potenciais de ação que podem engendrar novas formas derivadas dos encontros entre díspares (in-formar). Significa dizer que, em função de os signos que uma planta porta não serem linguísticos, o humano se relaciona com eles por meios não cognitivos; e, neste envolvimento, por vezes imperceptível, se transforma. Aqui aventamos um signo como manifestação do e no presente, emanação dos corpos que portam em si problemas, e que afirma a existência como algo eminentemente problemático – nos reportamos, para tanto, ao signo deleuziano, tal como exposto em *Diferença e Repetição* (1988).

As plantas se comunicam com o meio de um modo extremamente complexo, conforme expõe Mancuso (2019, p.99): elas percebem “uma multiplicidade de parâmetros químicos e físicos, como luz, gravidade, elementos minerais disponíveis, umidade, temperatura, estímulos mecânicos, estrutura do solo e composição dos gases atmosféricos”. Segundo o autor, elas percebem a proximidade de outras plantas e animais, registrando estes processos e respondendo de modo adequado. A ontografia, neste sentido, é um meio de elaborar os indícios do envolvimento entre seres, no caso, das plantas com os humanos. Trata-se de notar estas forças, signos de outra ordem, perspectivando os acontecimentos por vias imprevistas, percebendo por meios hábeis inesperados, não logocentrados.



Para aprender com as plantas é preciso assumir um esforço para registrar as transformações do meio, bem como suas manifestações em nós. Esforçar-se para notar estes envolvimento s sgnicos – de significados linguísticos e não-linguísticos, sobretudo dos segundos –, de fronteiras difusas, portanto – se é que existem. É disto que se trata esta ontografia. Ela não se dá sem exercícios para ralentar a razão, ou mesmo para desviar dela, para encontrar espaços de percepção do real por outros meios: pela cinestesia, olfato, intuição, imaginação. Desta maneira, este meio hábil, ontográfico, pode nos condicionar um caminho de aprendizado, desde uma postura de quem nota e anota o que aprende com o mundo, com não humanos e, inclusive, humanos.

Aprendizado

E se o ensinar da planta não pode ser instrutivo, ocorre que ela não nos dá lição. É uma professora silenciosa. Aprender com as plantas demanda criar condições para que forças outras dominem o corpo – sem abandonar, todavia, a razão, pois não se pretende o extremo da loucura, mas possibilitar ao corpo orientar-se por outras dominâncias. A planta não pensa, se por pensar assumirmos operações cognitivas; entretanto, o pensar pode não se restringir a cabeça, como sugere Viveiros de Castro (2012, p.157): “o pensamento como algo que, se passa pela cabeça, não nasce nem fica lá; ao contrário, investe e exprime o corpo da cabeça aos pés, e se exterioriza como afeto incorporante: predicação metafísica, canibalismo epistêmico, antropofagia política, pulsão de transformação do e no outro”. Talvez, então, a planta pense de um estranho modo descentrado.

Como ninguém, as plantas convergem, misturam, envolvem. As políticas vegetais assumem uma anarquia colaborativa. As forças que regem seus corpos atuam de modo sutil, lento, mas preciso. A humanidade, com sua faceta arrogante, reduziu as plantas a bibelôs, mas não seria exagero dizer que elas são mais inteligentes que muitos de nós. Isto depende de qual inteligência se trata. O indivíduo humano pode arquitetar complexas edificações, avançados dispositivos, e adoecer por falta de vitamina D. O fototropismo, modo como as plantas se movem em direção ao sol, é apenas um dos exemplos de uma inteligência da qual muitos humanos não são dotados.



Se as plantas não precisam dos humanos para sobreviver, o manejo da antropocultura não pode ter ocorrido por vias interesseiras. Em verdade, se trata de interesses de outra ordem. Interesse significa estar entre. Isto posto, a política vegetal é a da convivência. Se não são interesseiras, podemos supor que são interessadas. Se elas se viram bem sozinhas, entretanto, sem a intervenção dos animais sua proliferação sofreria certas limitações – e o pesquisador, já mencionado, Stefano Mancuso (2019), cita exemplos de envolvimentos do mundo vegetal com o animal onde ambos saem ganhando. O ponto que gostaria de destacar é o seguinte: uma política da convivência, uma que pode mudar os rumos desde o Antropoceno, diz respeito à cooperação entre humanos e não humanos. Ela começa com uma mudança de postura, da nossa parte, frente aos vegetais: as plantas deixam de ser recursos ambientais, para assumirem protagonismo, coautoras da nossa existência. E se as plantas nos ensinam uma poética sensível dos elementos, no âmbito micro, elas também nos convidam a estabelecer outra relação em coletividade, no âmbito macro, isto é, como política. Eis uma educação que merece ganhar espaço, que merece tomar corpo.

Inteligência coletiva

Aqui o contexto revisto: os humanos, desatentos ao que as plantas têm cultivado em si, não cessam de se afastar dos vegetais, justamente pela racionalização que cria, por meio da noção de cultura (ou, de modo análogo, de civilização), o termo natureza – consolidando uma complexa dicotomia que Latour, em *Jamais fomos modernos* (2019), distingue com precisão. Como animais criamos a cultura, cultivamos símbolos, dos mitos primordiais aos contemporâneos, e com eles nos separamos da “natureza”, este meio ambiente que nos envolve, conforme um raciocínio separatista.

Assumimos posturas individualistas. Consideramo-nos dotados de discernimentos que outros animais não possuem, muito menos as plantas. Contudo, o animal humano, ainda que sobrevalorize a linguagem que condiciona o pensamento racional, segundo Mancuso (2019), opera, até mesmo nas decisões mais individuais, via uma complexidade coletiva, uma vez que os neurônios funcionam como uma rede de informações – porquanto muitas delas, que se somam num eventual veredicto final, são inconscientes. Nossas decisões individuais, com ares



de refinada ciência e autocontrole, possuem certo grau de inconsciência, eis a questão. Isto sem contar, para não derivar em excesso da temática, na hipótese pela qual o pensamento, embora local, individual, seja tributário do coletivo, pois que a linguagem e o discurso com o qual operamos são produzidos socialmente, na cultura (e, portanto, também na natureza) na qual estamos submersos – tal é o exposto por Pierre Levy, em *Tecnologias da inteligência* (1993).

Portanto, um dos aprendizados possíveis, e necessários, diz respeito aos agenciamentos coletivos e à descentralização das ações. Nenhum de nós é mais inteligente que todos nós juntos, desde que a coletividade permita uma inteligência coletiva, isto é, uma articulação bem-sucedida de informações. O otimismo frente ao pensamento em rede, que nasceu com o advento da internet, precisou ser ponderado desde que as *Fake News* passaram a influenciar más decisões, como não poderia ser diferente – algumas em grande escala, como nos processos de eleição governamental, vide os casos recentes do Brasil e dos Estados Unidos da América. Todavia, as informações equívocas, má intencionadas ou não, dizem respeito a linguagem e sua compreensão racional: trata-se da manipulação dos signos no âmbito da verdade e mentira, desde um ponto de vista moral. A inteligência coletiva das plantas, e sua efetividade em uma política descentralizada, evoca um contágio dos corpos; para fins de aprendizado humano, é preciso notar que esta relação está aquém da moralidade, pois suprime um agente destacado, de vigilância, que denota uma avaliação, no sentido de bem ou mal. As plantas convivem entre si, e com outras espécies, desde que possam se retroalimentar, envolver-se num processo cooperativo de transformação com aumento de potencial de existência. Um contágio em prol de energia, da ordem daquilo que Nietzsche (2019) chamou de Vontade de Potência.

Em síntese, como aprendizes, trata-se de sermos cultivados por uma política da convivência, na qual o mundo vegetal se constitui, sem uma racionalidade que opere pela moral. De assumir uma inteligência cooperativa, convocando o potencial de ação de cada indivíduo desde sua diferença, e não por meio da discriminação, onde a associação se dá entre semelhantes. Entretanto, não se trata de aceitar toda e qualquer condição de modo ingênuo, uma vez que não discriminar não é o mesmo que não discriminar: é preciso notar as diferenças, tal qual as plantas que percebem pormenores bioquímicos, físicos, gravitacionais.



Com efeito, contagiados pelos encontros que nos vitalizam, participarmos de agenciamos com aqueles e aquelas que detém potencial de ação que somados aos nossos, e engendrados por uma inteligência coletiva, oferecem ao conjunto uma renovada vida, transformando as individualidades pelo todo que as conjuga.

Aqui estamos sob uma política da cooperação e da descentralização, amparada por uma inteligência discriminativa, que não é a de uma racionalidade discriminativa – ainda que possa ser de uma razão experimental de outra ordem. Processos em que é preciso se colocar entre, para nisso ser afetado; agenciando-se, por este meio hábil, com os seres outros, num envolvimento agregado de ampliação do potencial de agir do corpo coletivo. Quem sabe, não é o caso de treinarmos o nosso tropismo, tal qual as plantas que se movem afetada pela força da luz, da terra, da água e do ar. Mover-se pela força de atração dos corpos. Se for, me parece que o meio hábil para tal, em nosso corpo humano, tem a ver com a percepção, desde o ponto de vista cinestésico – como notação do movimento –, e da imaginação, do ponto de vista do intelecto – como notação de imagens –, e da intuição, este algo que passa entre. Mas aqui saímos da dominância visual, da ocularidade, do intelecto demasiado racional: não se trata mais de ponto de vista, mesmo que da vista de um ponto, se não de movimentos de um corpo que se movimenta – ainda que aterrado num mesmo lugar.

Bibliografia

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas Canibais**. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu editora e n-1 edições, 2018.

CASTRO, Eduardo Viveiros. “Transformação” na Antropologia, transformação da “Antropologia”. **Mana: Estudos de Antropologia Social**. Vol.18; p.151-171. 2012.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.



LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: editora 34, 2019.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

MOURA, Onorio Isaias. **A mitologia Kaingang: a oposição e a complementariedade como um processo de educação intercultural e humanização**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2021.

MANCUSO, Stefano. **Revolução das plantas**: um novo modelo para o futuro. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com o martelo**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

RINPOCHE, Tenzin Wangyal. **A cura através da forma, da energia e da luz**: os cinco elementos no Xamanismo, no Tantra e no Dzogchen do Tibete. Teresópolis: Lúcida Letra, 2017.

[1] Mestre e doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisador, professor e artista. Site: <http://diegoesteves.com>; E-mail: winckesteves@gmail.com